



**Grupo Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro)  
Ata da 48ª reunião, realizada em 18 de novembro de 2015**

1 Em 18 de novembro de 2015, reuniu-se extraordinariamente o Grupo  
2 Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento  
3 Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-  
4 Fhidro), na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,  
6 representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
7 Sustentável (SEMAD); Breno Esteves Lasmar, do Instituto Mineiro de Gestão  
8 das Águas (IGAM); Silvestre Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda  
9 (SEF); José Ricardo Ramos Roseno, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
10 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Manuela Cardoso Stein, do Instituto  
11 Estadual de Florestas (IEF); Liliana Adriana Nappi Mateus e Wilson Pereira  
12 Barbosa Filho, da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Gustavo  
13 Tostes Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de  
14 Bacias Hidrográficas (Fonasc); Daniele Vieira Silva, da Prefeitura Municipal  
15 de Contagem; Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do  
16 Estado de Minas Gerais (Fiemg). **ABERTURA.** O presidente André Luis  
17 Ruas declarou aberta a 48ª reunião do Grupo Coordenador do Fhidro.  
18 **Assuntos em pauta. 1) DELIBERAÇÃO DO PROGRAMA OLHOS D'ÁGUA**  
19 **– MÓDULO 1, RECORTE A. BACIA DO RIO MANHUAÇU. Proponente:**  
20 **Instituto Terra. Apresentação: Instituto Terra.** Programa retirado de pauta  
21 pela Presidência, após apresentação e discussões nesta sessão, com o  
22 seguinte encaminhamento: – Fixado prazo até 30 de novembro para que o  
23 proponente apresente projeto e toda a documentação exigida para o  
24 cumprimento do rito previsto na legislação do Fhidro; – Após análise e  
25 emissão de parecer técnico/orçamentário pela Secretaria Executiva, o projeto  
26 deverá ser pautado para deliberação do GC-Fhidro na reunião de dezembro  
27 ou, se necessário, em reunião extraordinária a ser convocada. Gustavo  
28 Tostes Gazzinelli, representante do Fonasc, registrou solicitação para que  
29 constem no processo as orientações e exigências feitas pelo Jurídico ao  
30 proponente neste caso de demanda espontânea. Histórico das discussões  
31 nesta sessão antes da decisão da Presidência de retirada de pauta do  
32 programa. O Instituto Terra fez apresentação ao GC-Fhidro sobre o trabalho  
33 desenvolvido pela entidade, em especial sobre o Programa Olhos D'Água, e  
34 esclareceu pontos destacados por membros do Grupo Coordenador. A  
35 Secretaria Executiva apresentou parecer sobre o programa do Instituto Terra  
36 destacando que poderia ser tratado como programa de governo,  
37 considerando sua “amplitude e relevância”. Entretanto, informou que não

38 houve apresentação de projeto de execução nem da documentação exigida  
39 para que a demanda fosse analisada pela Sefhidro e submetida à aprovação  
40 do Grupo Coordenador. Transcrição da manifestação da Sefhidro –  
41 Coordenadora Maria de Lourdes Amaral Nascimento: “Nós temos um  
42 parecer técnico, muito simplificado, e nós repassamos para vocês. Foi uma  
43 análise prévia. Nesta semana, nos foi apresentado o programa todo que o  
44 Instituto Terra apresentou no início. O valor dele todo é de R\$ 3 bilhões. A  
45 diretoria do IGAM nos encaminhou o programa, com a proposta de nós  
46 darmos um parecer no Recorte A, no Módulo 1. O Instituto Terra dividiu todo  
47 o programa em Recortes A, B e C. E o Recorte A pega as bacias do rios  
48 Manhuaçu, Guandu, e São José, no Espírito Santo. E a proposta que nos foi  
49 apresentada para ser financiada com recursos do Fhidro é a proposta do  
50 Módulo 1, Recorte A, que é para a bacia do Manhuaçu. Então esse projeto  
51 que o Instituto Terra está apresentando é somente para a bacia do  
52 Manhuaçu. Como nós não tivemos tempo hábil, não fizemos o parecer  
53 detalhado igual nós fazemos quando apresentamos para os senhores aqui  
54 todos os projetos. Nós analisamos toda a parte técnica do projeto e também  
55 fazemos análise orçamentária. Nós emitimos um parecer falando sobre o  
56 mérito do programa, que realmente é o mérito possível. Realmente, é  
57 relevante o mérito do programa. Ele é financiado pelo Fhidro, está dentro dos  
58 objetivos do Fhidro. Inclusive, uma das linhas de ação que nós mais  
59 financiamos é a linha de ação de recuperação de fossa séptica. Então nós  
60 emitimos um parecer sobre o programa total falando que o projeto é  
61 relevante. Para apresentação ao Fhidro, não foi apresentado um projeto.  
62 Hoje nós temos condições de receber apenas projetos, que têm início, meio  
63 e fim. São projetos executivos, que já têm todo o cronograma físico,  
64 financeiro, toda a metodologia definida. Então hoje nós não trabalhamos com  
65 programa, não temos a sistemática de receber um programa, em que se  
66 pode, por exemplo, executar um pouco agora, uma etapa depois e outra  
67 etapa em seguida. Todas as etapas têm que ser fechadas. E depois que nós  
68 fazemos a análise. Terminamos com a entrega da documentação, e deve ter  
69 uma documentação extensa, que é a documentação que todos os  
70 proponentes entregam. Nós não analisamos projeto e não aprovamos projeto  
71 sem toda a documentação que é pertinente àquele projeto. E depois isso é  
72 levado, aprovado pelo Grupo Coordenador – o que é a nossa sistemática –,  
73 e encaminhado para o convênio. Publica-se a resolução, e é encaminhado  
74 para o convênio. Então é a sistemática que nós temos hoje para o projeto. A  
75 posição da Secretaria Executiva do Fhidro é de que o programa é relevante.  
76 Nós até discutimos muito que é um programa de amplitude muito grande e  
77 que poderia ser até um programa de governo, ser tratado como um programa  
78 de governo, diante da relevância do programa. Depois o que nos foi trazido  
79 são essas etapas. Porque o programa tem etapas: 2016, 2017, 2018, 2019 e  
80 2020. Foi o que eu coloquei em anexo, que foi a única informação que eu

81 tinha de imediato e que eu poderia passar para os senhores. Eu coloquei em  
82 anexo para os senhores terem uma ideia do que é o Recorte A que o  
83 Instituto Terra está apresentando. Então seria, dentro do que eu passei para  
84 vocês, janeiro de 2016, para executar em 2016, R\$ 5.831.090,00; 2017, R\$  
85 6.881.057,00; 2018, R\$ 8.085.613,00; 2019, R\$ 8.631.126,00; e 2020, R\$  
86 4.441.071,00. O que nos foi apresentado de imediato é que seria  
87 apresentada uma proposta para o primeiro ano, de R\$ 5.831.090,00. Nós  
88 não tivemos condições de analisar essa proposta, esse projeto. Como o  
89 Instituto Terra falou, a sistemática do Fhidro não é de programa, é um  
90 projeto, e o Instituto Terra está acostumado a apresentar projetos para nós.  
91 Então nós não tivemos condições de analisar esse projeto, esses 500  
92 produtores rurais cadastrados, 1.000 nascentes, 500 propriedades, 500  
93 fossas sépticas, e como vai ser o monitoramento. Nós não fizemos essa  
94 análise, porque não nos foi apresentado o projeto para essa etapa, que,  
95 segundo o cronograma, inicia-se em janeiro de 2016. Nós entendemos que é  
96 relevante o tema, tanto pelo tema em si quanto pela bacia hidrográfica, que é  
97 necessária agora com muito mais prioridade.” Gilson Gomes de Oliveira  
98 Junior, do Instituto Terra: “Por que não veio definida a proposta? Nós  
99 apresentamos o programa para várias instituições e não sabemos como é o  
100 perfil de cada instituição que recebe o programa. O Fhidro eu conheço,  
101 porque já elaborei projetos. Ele tem um edital, tem os critérios a serem  
102 preenchidos. Então nós fizemos através de um programa. Mediante cada  
103 financiador, nós desenvolvemos uma proposta específica. Nos damos uma  
104 noção do projeto como um todo, do Módulo 1, e também podemos: vamos  
105 supor, se o financiador quer 100 nascentes, nós temos que desenvolver uma  
106 proposta para 100 nascentes. Então isso para nós não é difícil, nós já somos  
107 acostumados com essa sistemática.” O Instituto Terra justificou que  
108 apresentou o programa, que prevê etapas de execução, para avaliação do  
109 governo do Estado, e que o projeto seria apresentado a partir de uma  
110 aprovação inicial. Leonardo Ladeira, representante da Secretaria de Estado  
111 de Planejamento e Gestão (Seplag), registrou as seguintes considerações  
112 quanto à tramitação do programa: “Desde o início do ano, o programa está  
113 nas mãos do governador e, conseqüentemente, também nas mãos do  
114 secretário de Planejamento. Conversamos com o Instituto Terra, e a  
115 Codemig foi lá conhecer o Instituto Terra e ficou muito impressionada com a  
116 capacidade de execução e a produtividade que eles têm, até maior do que a  
117 que o próprio governo tem. E foi convidado o pessoal do IEF também para  
118 ver, mais como prática. E com o governo novo, conhecendo os processos,  
119 demorou um tempo para se pensar e se descobrir que o Fhidro é viável que  
120 seja uma fonte de financiamento para essa ação. E aí, por mais que as  
121 coisas estejam em cima da hora – já estamos próximos do final do ano –, em  
122 conversas do secretário com a diretora geral do IGAM, percebeu-se que  
123 havia certa disponibilidade financeira de o Fhidro, quem sabe ainda neste

124 ano, poder assumir um projeto inicial como esse, que seria uma parte de um  
125 financiamento maior do programa. Pensou-se em reestruturar a legislação do  
126 Fhidro para que se consiga apoiar programas e não só projetos menores.  
127 Isso está sendo pensado também pelo governo. Então foi dada a ideia de se  
128 pensar em trazer para o Grupo Coordenador, até para ter a consideração  
129 dos membros do GC-Fhidro sobre esse caminho, qual melhor caminho a ser  
130 tomado, e da viabilidade ou não. Testar a aceitação do Grupo Coordenador  
131 para esse projeto como uma espécie de demanda induzida – porque não  
132 está ligado a nenhum edital –, uma demanda espontânea a ser analisada.  
133 Por isso, resolvemos motivar essa conversa com a diretoria geral do IGAM e  
134 aproveitar a ocasião da reunião de hoje para fazer esta, extraordinária. Não  
135 saberíamos se haveria mais uma reunião com apreciação de projetos neste  
136 ano. Então foi para colocar na mesa e colocar em discussão a proposta.”  
137 Transcrição da manifestação da Sefhidro – Coordenadora Maria de Lourdes  
138 Amaral Nascimento: “Hoje nós não temos regulamentado quanto é para  
139 demanda espontânea e quanto é para demanda induzida. Na verdade, hoje  
140 nós não temos a regulamentação de demanda espontânea no Fhidro. Então  
141 os projetos hoje são recebidos por demanda induzida, através da publicação  
142 do edital anual. E a demanda espontânea que nós já tivemos é de projetos  
143 da Setop, projetos de governo. Já tivemos alguma demanda espontânea. O  
144 edital de 2014, que refletiu neste ano, foi de R\$ 20 milhões aportados. Numa  
145 lógica, por exemplo, se não foram utilizados esses R\$ 20 milhões neste  
146 ano... Neste ano, efetivamente, nós não fizemos nenhum convênio. Nós  
147 conversamos até sobre as dificuldades de se conveniar no Fhidro, a questão  
148 de documentação, a burocracia, a legislação. Então na verdade no início do  
149 ano eu fiz uma estimativa de nós executarmos R\$ 4 milhões e pouco. Porque  
150 na verdade é o primeiro repasse ou o segundo repasse. Não seria a  
151 disponibilidade de recursos para todo o projeto, seriam o primeiro  
152 desembolso e o segundo desembolso. Como nós não conseguimos  
153 conveniar os projetos, por falta de adequação de documentação e por toda  
154 aquela burocracia sobre a qual já conversamos aqui, em julho, o Gabinete  
155 me perguntou novamente quanto eu iria executar até o final do ano. Então eu  
156 coloquei R\$ 2.400.000,00, baseados nos projetos que nós tínhamos lá, que  
157 estavam em um andamento para serem conveniados, e no primeiro  
158 desembolso de cada um. E até hoje não conveniamos nada dos R\$  
159 2.400.000,00. Então nós estamos correndo com os projetos para ver se  
160 conseguimos conveniar antes do fechamento de 2015, porque o ano que  
161 vem é período eleitoral. Então instituições privadas não vamos conseguir  
162 conveniar. Ainda não está fechado, eu liguei para a Segov para saber como  
163 está o período eleitoral, como vai ser regido. Ainda não estava definido, mas  
164 a Secretaria de Governo falou que, provavelmente, é a mesma sistemática  
165 da outra eleição, que é de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Não se convenia  
166 com instituições privadas, só município, até, acho que 3 de junho. Então nós

167 até priorizamos na análise do edital de 2014 as entidades privadas, as  
168 ONGs. Como para municípios nós conseguimos conveniar no ano que vem,  
169 para ver se conseguimos. Nós fizemos esse esforço. As ONGs, as entidades  
170 que entraram no edital de 2014, nós analisamos e encaminhamos para  
171 adequação. E trouxemos hoje para deliberação, para ver se conseguimos  
172 ainda conveniar neste ano. Então a minha previsão era de R\$ 2.400.000,00,  
173 e possivelmente talvez nós consigamos R\$ 1.400.000,00. Porque um grande  
174 projeto, de R\$ 1 milhão, teve a adequação feita diferente do que nós  
175 solicitamos, e nós não o trouxemos aqui para deliberação. Então deve ser  
176 mais ou menos R\$ 1.400.000,00.” Outros esclarecimentos da Sefhidro.  
177 Coordenadora Maria de Lourdes Amaral Nascimento: “Essa data de 31 de  
178 dezembro também não é assim. Na verdade, o instrumento que nós temos  
179 de repasse é o convênio. Nós não temos outro instrumento de repasse. E  
180 para se conveniar, para fazer o convênio, já tem que estar com toda a  
181 documentação no projeto aprovado. Então não vai acontecer, por exemplo,  
182 de empenhar sem a documentação, sem um projeto já estar apresentado, e  
183 o convênio já formalizado. Então o Instituto Terra não tem essa prerrogativa  
184 de entregar a documentação com o projeto até 31 de dezembro. Porque,  
185 para o projeto ser conveniado, já tem que estar com toda a documentação  
186 adequada, com todo o projeto adequado. Então não se pode falar essa data,  
187 que até 31 de dezembro o Instituto Terra tem que entregar. Na verdade, para  
188 que aconteçam o empenho e o convênio, o Instituto Terra tem que entregar  
189 toda a documentação exigida pela Lei, pelo Decreto do Fhidro, e o projeto  
190 também todo adequado, para que nós possamos fazer a análise. Eu não  
191 estou falando que ele não consegue instruir o processo, apresentar o  
192 programa. Eu só falei qual é a realidade: não é até 31 de dezembro para o  
193 Instituto Terra entregar a documentação.” Transcrição de outras  
194 manifestações dos representantes da Seplag e da Sefhidro. Leonardo  
195 Ladeira, da Seplag: “Na verdade, o que nós tentamos com a diretoria do  
196 IGAM foi a viabilização do processo. Isso é um problema que o governo vai  
197 tentar achar os meios de correr atrás. O dia 20 de novembro é o prazo do  
198 decreto para programação orçamentária, mas é claro que se poderia  
199 conseguir algum tipo de exceção. Uma série de despesas ainda é  
200 empenhada no mês de dezembro. Então se o processo burocrático  
201 conseguisse acontecer poderia viabilizar ou não. Mas o que foi dito lá e  
202 combinado com a diretoria do IGAM é que valeria a pena trazer para o Grupo  
203 Coordenador dar essa indicação. Porque se ele aprovasse poderia ser que  
204 não surtisse efeito. Porque, assim como diversos outros projetos já  
205 aprovados no Fhidro, poderia não virar convênio, como nenhum virou até  
206 hoje neste ano, do edital de 2014. Mas o Grupo Coordenador já teria se  
207 manifestado. Seria uma etapa suprimida.” O representante da Seplag  
208 esclareceu ainda: “Esse prazo é um prazo de controle da Secretaria de  
209 Planejamento, uma norma interna do governo para se planejar. Uma série de

210 empenhos será feita em dezembro, fora do prazo, além do prazo. Por quê?  
211 Desde que tenha uma justificativa, um canal. Ou seja, foi uma demanda do  
212 secretário de Planejamento e do governador tentar caminhar com essa  
213 questão para aproveitar o recurso do Fhidro que não será aproveitado neste  
214 ano; e vamos perder esse recurso, porque ele não foi aproveitado. E aí  
215 dentro desse cenário se exige um esforço de gestão de todas as Casas: da  
216 Secretaria de Planejamento, para aprovar isso; do IGAM, para fazer a  
217 análise jurídica. É um esforço de gestão que poderia ser dado se este Grupo  
218 aprovar. Se este Grupo não aprovar, não vai haver esse esforço. Mas se  
219 este Grupo aprovar vai se tentar fazer esse esforço.” Coordenadora Maria de  
220 Lourdes Amaral Nascimento: “Quando você falar até 31 de dezembro, é  
221 porque ele pode entregar até 31 de dezembro. Tem que ter o convênio antes  
222 para se fazer o empenho. Antes, o Instituto Terra tem que entregar toda a  
223 documentação, todo o projeto. Nós temos que analisar o projeto, aprovar o  
224 projeto, com toda a documentação. Publica a resolução e vai para o  
225 convênio. Convenia, passa pelo Jurídico. Então tem todo o trâmite que todos  
226 os processos fazem no Fhidro. Vai dar tempo de conveniar? Eu não sei.  
227 Agora eu acho que o Grupo aqui não precisa entrar nesse mérito se vai dar  
228 tempo de conveniar. Vocês têm que votar é se vai conveniar ou não, se o  
229 projeto está aprovado ou não. É isso que vocês têm que fazer. ‘Nós  
230 aprovamos esse projeto’ ou ‘nós não aprovamos esse projeto’. Agora se  
231 vocês falarem: ‘Com o que foi encaminhado pelo Instituto Terra...’ A Seplag  
232 já se pronunciou aqui, é um esforço da Seplag. A Seplag nos procurou para  
233 marcarmos esta reunião extraordinária e pautarmos este projeto. Então isso  
234 nós fizemos, marcamos a reunião extraordinária, e estamos aqui, com os  
235 elementos que nós tínhamos. Então nós fizemos este parecer, que é só uma  
236 nota; e mandei só o encarte para vocês verem quais são as verbas. Agora  
237 por que está se falando do dia 20? É porque saiu o decreto, a resolução, de  
238 que o último dia para empenhar é o dia 20. Agora é claro que tem exceções.  
239 Com certeza, devem ter exceções para se conveniar até o dia 25, até o dia  
240 30. Só que se vai conveniar ou não, se vai dar tempo para a Secretaria  
241 Executiva do Fhidro, do Instituto Terra, entregar, e conveniar ou não, eu acho  
242 que o Grupo nem precisa entrar nesse mérito. O Grupo tem é que aprovar.  
243 Vocês vão aprovar este projeto nesse sentido? Por exemplo: se o Grupo  
244 aprovar, vai ser esse recorte de R\$ 5 milhões. E aí o Instituto Terra vai  
245 apresentar um projeto para esses R\$ 5 milhões, com contrapartida, com toda  
246 a documentação. E aí vai ser empenhado neste ano o valor. Conveniando  
247 neste ano, pode-se passar o recurso no ano que vem. O que não se pode é  
248 conveniar no ano que vem. Conveniando e empenhando, pode passar.  
249 Agora conveniar é uma coisa, e vocês aprovarem é outra. Vocês vão aprovar  
250 esse recorte de R\$ 5 milhões? Se aprovou, o Instituto Terra vai apresentar o  
251 projeto com toda a documentação, nós vamos analisar. Se precisar de  
252 adequação, o Instituto Terra vai adequar, vai fazer, porque nós não vamos

253 aprovar um projeto sem estar de acordo com o nosso parecer, com a  
254 Secretaria Executiva do Fhidro. Isso nós fazemos com todos os projetos.  
255 Então adequou, deu tempo, passou pelo Jurídico, o Jurídico aprovou,  
256 conveniou, aprovou. Agora se vocês não aprovarem... ‘Nós não aprovamos,  
257 não concordamos do que jeito que está sendo feito, eu quero o projeto aqui  
258 igual vêm todos os projetos aqui...’ Então na verdade essa é a decisão dos  
259 senhores, não se preocupem se vai dar tempo de conveniar ou não. Eu  
260 penso assim.” Gustavo Tostes Gazzinelli, representante do Fonasc, pediu  
261 vista ao programa e registrou apelo ao secretário de Estado de Planejamento  
262 e Gestão e ao governador do Estado para a liberação dos recursos do  
263 Fhidro. Propôs ainda ao GC-Fhidro que não seja convocada nenhuma  
264 reunião em 2016 enquanto não houver liberação dos recursos. Breno  
265 Esteves Lasmar, do IGAM, informou que não há previsão de pedido de vista  
266 no regimento interno do GC-Fhidro. Gustavo Tostes Gazzinelli, representante  
267 do Fonasc, afirmou que questionaria no Ministério Público eventual  
268 possibilidade de concessão de vista, mesmo não estando previsto no  
269 regimento interno, considerando que o GC-Fhidro “é uma instância  
270 terminativa”. “Eu acredito que exista uma normatização no direito  
271 administrativo que possivelmente dá esse direito do pedido de vista, mesmo  
272 porque esse projeto veio para cá mal instruído, e sequer houve tempo de se  
273 fazer uma análise. A chamada para a reunião extraordinária foi ontem, e eu  
274 acho que o Estado está agindo de forma negligente – na minha opinião  
275 pessoal. Então eu vou questionar isso.” Com base na informação prestada  
276 pelo representante do IGAM de que não há previsão no regimento interno do  
277 GC-Fhidro, o presidente André Luis Ruas rejeitou o pedido de vista. Em  
278 seguida, foram discutidas possíveis alternativas para aprovação do programa  
279 apresentado pelo Instituto Terra nesta sessão, tendo em vista a urgência,  
280 inclusive, considerando vedação de aprovação de convênios com entidades  
281 privadas em 2016, em virtude de se tratar de um ano eleitoral, conforme  
282 previsto em lei. Gustavo Tostes Gazzinelli, representante do Fonasc, propôs  
283 que fosse dada solução também para outros projetos no intuito de se utilizar  
284 os recursos disponíveis no Fhidro. “Já que o governo pode resolver qualquer  
285 coisa que ele quer, do jeito que ele quer – claro, desde que as pessoas  
286 tragam os documentos etc. –, eu proponho que se gaste o resto do Fhidro  
287 com o programa de monitoramento que já foi apresentado aqui, para mostrar  
288 pelo menos que tem boa fé, que não é só para resolver projeto desse  
289 instituto. Nós temos necessidade de monitoramento, de criar pontos de  
290 monitoramento de água etc. Há uma necessidade de se fazer isso. Então eu  
291 proponho que se pegue a sobra do Fhidro e não só resolva o problema  
292 desse projeto, mas se aplique diretamente, por meio da CPRM ou de outra  
293 instituição, e repasse o dinheiro para empenhar na aquisição de  
294 monitoramento. O conselheiro defendeu ainda que sejam observados  
295 critérios iguais para todos os proponentes, dentro do que é previsto na

296 legislação. Em seguida, a partir de consenso entre os membros do GC-  
297 Fhidro, o presidente André Luis Ruas decidiu pela retirada de pauta do  
298 programa apresentado, com os encaminhamentos registrados no início da  
299 descrição deste item. **2) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
300 serem tratados, o presidente André Luis Ruas agradeceu a presença de  
301 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

302  
303 **APROVAÇÃO DA ATA**  
304

---

305  
306 **André Luis Ruas**  
307 **Presidente do GC-Fhidro**